GESTÃO

/JC



Governo busca equilibrar prevenção de riscos com necessidade de modernizar processos e ampliar eficiência

Ministério de Portos e Aeroportos aprova diretrizes

Metodologia estabelece critérios para prevenção e controle, com foco em segurança das operações, transparência e eficiência

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) aprovou, em 29 de outubro, a Metodologia de Gestão de Riscos, instrumento que busca fortalecer a integridade institucional do órgão. A decisão foi tomada durante reunião do comitê responsável pelo tema e estabelece diretrizes para identificar, avaliar e tratar riscos relacionados às atividades da pasta, contribuindo para decisões mais seguras, maior transparência e melhor aplicação dos recursos públicos.

O instrumento define as etapas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos relacionados às atividades do MPor. Na prática, orienta as equipes técnicas e os gestores na identificação de possíveis ameaças aos projetos, processos e políticas públicas, permitindo avaliar seus impactos, estabelecer medidas de prevenção e controle e acompanhar a eficácia das ações adotadas.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, a gestão de riscos vai além da prevenção de problemas, e se apresenta como ferramenta fundamental para que o órgão tome decisões mais seguras e alinhadas ao interesse público. "Ao estabelecer critérios claros para avaliar e administrar esses riscos, fortalecemos nossa capacidade de avançar em projetos estratégicos, atrair investimentos e modernizar a infraestrutura portuária e aeroportuária do País, sempre com responsabilidade, transparência e compromisso com os resultados para a população", destacou.

Na ocasião também foi apresentada e discutida a Declaração de Apetite a Riscos, documento complementar à Metodologia que estabelece os limites de exposição que o Ministério está disposto a aceitar para alcançar seus objetivos.

O documento fixa quatro níveis de tolerância: nulo, baixo, moderado e aberto, de acordo com a natureza das atividades e seus potenciais impactos.

Enquanto riscos relacionados à corrupção, à fraude e ao descumprimento de obrigações legais estão sujeitos à tolerância zero, iniciativas de inovação, transformação digital e modernização de processos podem admitir riscos calculados, desde que acompanhados de controles e monitoramento adequados.

A Declaração segue para apreciação dos secretários do Ministério e a previsão é de que seja assinada e publicada pelo ministro Tomé Franca na segunda metade de novembro.

A definição dessas diretrizes também contribui para a segurança operacional, a continuidade dos serviços e a estabilidade regulatória das concessões públicas.

Ao estabelecer critérios para a tomada de decisões, o Ministério busca equilibrar a prevenção de riscos com a necessidade de modernizar processos e ampliar a eficiência das políticas públicas.

Durante a reunião, também foi apresentado um balanço da implementação do Programa de Integridade do MPor.

Das 19 ações monitoradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), 11 foram integralmente concluídas e quatro ainda não foram iniciadas. O índice médio de atendimento das ações alcançou 70,5%.

Com a estrutura formal do Programa e do Plano de Integridade já instituída e aprovada, os esforços estão concentrados na consolidação das capacidades institucionais, na disseminação de conhecimentos e na formalização dos fluxos de trabalho relacionados às funções de integridade.

SUSTENTABILIDADE

Desassorear RS já removeu mais de 4,8 milhões de metros cúbicos de sedimentos

O Programa de Desassoreamento do Rio Grande do Sul (Desassorear RS), iniciativa do governo do Estado voltada à prevenção de cheias, já removeu, em 20 meses, mais de 4,8 milhões de metros cúbicos de sedimentos de rios, arroios e canais de drenagem, o equivalente a cerca de 400 mil caçambas trucadas. A iniciativa beneficia 230 municípios gaúchos, com investimento superior a R$ 300 milhões, por meio do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs).

Os serviços buscam melhorar a vazão dos cursos d'água e reduzir os riscos de alagamentos, especialmente em períodos de chuvas intensas. Com a participação das prefeituras, o Estado amplia a capacidade de prevenção em diferentes regiões, contribuindo para a segurança das comunidades, sobretudo daquelas que sofreram os impactos das enchentes de 2024.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, Davi Severgnini, destaca que os recursos destinados ao programa demonstram o compromisso do governo do Estado com a prevenção e a proteção da população gaúcha.

"Dois anos após as enchentes que atingiram o nosso Estado, seguimos trabalhando de forma permanente na prevenção, protegendo vidas. Na secretaria, recebemos prefeitos diariamente e acompanhamos de perto os resultados do Desassorear RS na vida das comunidades. São relatos de mais segurança e tranquilidade no cotidiano das cidades diante dos períodos de chuvas intensas. É um trabalho fundamental para enfrentar essa realidade", afirma.

As frentes de trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur) estão distribuídas por municípios de diferentes portes. Em Santa Maria, por exemplo, os serviços são realizados em três trechos do Arroio Grande, onde está prevista a retirada de mais de 17 mil metros cúbicos de sedimentos. O prefeito Rodrigo Decimo ressalta os resultados do programa, cujas ações foram divididas em duas etapas.

"Na primeira etapa, as equipes realizaram a retirada de resíduos na Região Sul, nos bairros Urlândia, Lorenzi e Tomazzetti, na chamada Sanga Tropical, de onde foram removidos 55 mil metros cúbicos de resíduos. Agora, também estamos avançando com os trabalhos em pontos críticos do distrito de Arroio Grande. Nosso compromisso é seguir atuando na prevenção, em parceria com o governo do Estado, para dar mais segurança e tranquilidade às famílias dessas regiões", destaca o prefeito.

Em Novo Hamburgo, os trabalhos ocorrem no Arroio Pampa, com previsão de remoção de 10 mil metros cúbicos de material. Já em São Leopoldo, as intervenções no Arroio Gauchinho, na divisa com Novo Hamburgo, estão divididas em duas etapas, que devem resultar na retirada de 56 mil metros cúbicos de sedimentos.

No município de Guaíba, o trabalho ocorre por meio de duas iniciativas do governo do Estado. Pelo Desassorear RS, os serviços abrangem diferentes pontos do município, incluindo a Estrada da Granja Santa Rita. Já pelo programa Horas-Máquina, as equipes atuam na remoção de resíduos que foram trazidos pelo temporal para a orla da cidade.

/JC



Serviço busca melhorar vazão de água e reduzir os alagamentos